

**HABEAS CORPUS Nº 543.032 - SP (2019/0326623-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : JHIMMY RICHARD ESCARELI E OUTRO  
**ADVOGADOS** : JHIMMY RICHARD ESCARELI - RJ197783  
EDUARDO APARECIDO SCHUCHEMAN - SP413629  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MILTON BATISTA RIBAS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MILTON BATISTA RIBAS, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 23):

HABEAS CORPUS - PRISÃO PREVENTIVA - TRÁFICO DE DROGAS - SUBSISTÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS DA CUSTÓDIA CAUTELAR - QUANTIDADE EXPRESSIVA DE COCAÍNA - AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE - INSUFICIÊNCIA DE CONDIÇÕES FAVORÁVEIS - ORDEM DENEGADA.

O paciente foi preso em flagrante pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante busca a revogação da prisão preventiva, sustentando a ausência de indícios de autoria e materialidade, bem como de que a conduta é atípica.

Salienta, ainda, a ausência dos requisitos da prisão preventiva, sendo possível a aplicação de medidas alternativas.

Nesse sentido, requer a concessão da ordem, para a revogação da prisão preventiva ou imposição de cautelares diversas.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, o Ministério Público manifestou-se pela denegação da ordem.

Na origem, processo n. 1503766-63.2019.8.26.0408, após oferecimento da denúncia em 7/10/2019, sobreveio decisão no dia 30/10/2019 determinando a apresentação das defesas prévias, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 28/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

No procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas,

pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Além disso, a matéria relativa à atipicidade não foi objeto de análise do Tribunal de origem, conforme cópia de acórdão de fls. 22/26. Então, esse tema também não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Por outro lado, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva, conforme transcrita no acórdão, está assim fundamentada (fl. 25):

A decretação da prisão preventiva, no caso concreto, tem por fundamento a garantia da ordem pública, tendo em vista que a liberdade dos autuados gera perigo concreto aos usuários de drogas, aos seus familiares e à sociedade em geral. É público e notório que a cada dia mais e mais pessoas são atraídas para o tráfico em razão da ilusão de dinheiro fácil, o que realmente ocorre nos muitos casos em que a atuação repressiva do Estado não se dá de forma imediata e rígida. No caso concreto, não se considera a gravidade genérica do crime, mas especificamente **o fato de os autuados terem sido flagrados viajando juntos e transportando e funcionando como batedores de cento e noventa quilos de cocaína, o que corrobora, para esta fase de cognição sumária, a conclusão de que estão envolvidos com o tráfico.**

Como já adiantado no exame liminar, o decreto possui fundamentação concreta e válida, porque *não se considera a gravidade genérica do crime, mas especificamente o fato de os autuados terem sido flagrados viajando juntos e transportando e funcionando como batedores de cento e noventa quilos de cocaína.*

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator